

Publicidade Legal

REDE DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
C.N.P.J.(MF) 15.538.642/0001-16					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Demonstração Contábil Levantada em 31/12/2024					
Em reais					
ATIVO	2024	2023	PASSIVO	2024	2023
CIRCULANTE	7.894.836	8.039.561	CIRCULANTE	8.039.792	8.030.934
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.999.820	2.036.744	Obrigações Trabalhistas	334.084	329.886
Banco Conta Movimento-Recursos sem Restrição	589.047	496.754	Encargos Trabalhistas a Pagar	62.990	56.141
Aplicações Financeiras-Recursos sem Restrição	184.782	238.798	Salários e Ordenados a Pagar	5.279	1.537
Aplicações Financeiras-Recursos com Restrição	825.991	1.301.192	Provisões Trabalhistas	205.809	272.208
Créditos a Receber	6.370.065	5.986.020	Obrigações com Fornecedores	4.596	17.937
Adiantamentos a Funcionários	70.770	46.674	Fornecedores	4.596	17.937
Fomento/Colab./Coop./Convênios a Receber	6.290.516	5.922.242	Obrigações Fiscais	14.815	14.745
Outros Créditos a Receber	8.779	23.104	Federal	13.449	13.611
Tributos a Recuperar	509	1.716	Municipal	1.366	1.134
Federal	115	273	Obrigações Outras	7.682.297	7.658.356
Municipal	1.048	1.948	Fomento/Colab./Coop./Convênios a Executar	7.679.383	7.654.069
Encargos Trabalhistas	394	394	Outras Contas a Pagar	2.934	4.287
Despesas Antecipadas	24.432	15.082	NÃO CIRCULANTE	10.009	5.547.186
Despesas do Exercício Seguinte	24.432	15.082	Recursos a Executar	-	5.537.186
			Fomento/Colab./Coop./Convênios a Executar	-	5.537.186
NÃO CIRCULANTE	295.856	5.850.560	Provisões	10.000	10.000
Realizável a Longo Prazo	-	5.537.186	Provisão para Contingências	10.000	10.000
Fomento/Colab./Coop./Convênios a Receber	-	5.537.186	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	244.890	331.011
Imobilizado	295.856	322.363	Patrimônio Social	331.587	96.223
Imobilizado em Operação-Bens sem Restrição	251.866	292.289	Fundo Patrimonial	331.587	96.223
Imobilizado em Operação-Bens com Restrição	8.501	12.586	Deficit/Superávit Acumulado	(86.697)	280.788
Imobilizado em Andamento-Bens sem Restrição	34.489	17.492	Deficit/Superávit Acumulado	(86.697)	280.788
Intangível	-	11			
Intangível	-	11			

REDE DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
C.N.P.J.(MF) 15.538.642/0001-16			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Demonstração Contábil Levantada em 31/12/2024			
Em reais			
	2024	2023	
RECEITAS OPERACIONAIS	7.241.831	6.781.610	
Receitas com Restrição			
Atividade de Assistência Social	6.313.717	6.136.499	
Doações	-	65.917	
Subvenções/Convênios	6.313.717	6.070.582	
Receitas sem Restrição	928.114	645.111	
Doações	928.114	645.111	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.241.831	6.781.610	
Custos Operacionais			
Atividade de Assistência Social	(5.046.965)	(4.236.516)	
Salários e Benefícios	(3.174.524)	(2.501.923)	
Encargos Trabalhistas	(226.952)	(226.283)	
Materiais Empregados	(1.226.280)	(267.431)	
Serviços Tomados	(251.196)	(222.475)	
Gastos Gerais	(168.013)	(222.475)	
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	2.194.866	2.545.094	
Despesas Operacionais	(2.288.206)	(2.285.714)	
Salários e Benefícios	(978.783)	(978.783)	
Encargos Trabalhistas	(76.559)	(103.459)	
Administrativas	(505.867)	(458.745)	
Tributárias	(36.515)	(32.330)	
Depreciação e Amortização	(71.225)	(74.239)	
Serviços Tomados	(530.438)	(474.356)	
Aluguéis	(176.316)	(163.800)	
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO ANTES DO FINANCEIRO	(93.340)	259.380	
Resultado Financeiro Líquido	6.643	15.408	
Receitas Financeiras	13.760	21.599	
Despesas Financeiras	(7.117)	(6.191)	
Outras Receitas/Despesas	-	6.000	
Outras Receitas/Despesas	-	16.000	
Provisão para Contingências	-	(10.000)	
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(86.697)	280.788	

As Notas Explicativas da Administração integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

REDE DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
C.N.P.J.(MF) 15.538.642/0001-16				
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Demonstração Contábil Levantada em 31/12/2024				
Em reais				
Mutação das Contas	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Saldo Total	
Saldo em 31/12/2022	(58.163)	107.587	49.424	
Ajustes de exercícios anteriores	799	-	799	
Incorporação do Superávit Acumulado ao Patrimônio Social	107.587	(107.587)	-	
Superávit do exercício de 2023	-	280.788	280.788	
Saldo em 31/12/2023	50.223	280.788	331.011	
Ajustes de exercícios anteriores	576	-	576	
Incorporação do Superávit Acumulado ao Patrimônio Social	280.788	(280.788)	-	
Déficit do exercício de 2024	-	(86.697)	(86.697)	
Saldo em 31/12/2024	331.587	(86.697)	244.890	

As Notas Explicativas da Administração integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

REDE DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
C.N.P.J.(MF) 15.538.642/0001-16			
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
Demonstração Contábil Levantada em 31/12/2024			
Em reais			
	2024	2023	
Atividades Operacionais			
Déficit/Superávit Líquido do Exercício	(86.697)	280.788	
Depreciação/Amortização	71.225	74.239	
Lucro Venda de Imobilizado	-	(16.000)	
Déficit/Superávit Líquido do Exercício Ajustado	(15.472)	339.027	
Diminuição (Aumento) de Ativos			
Adiantamento a Funcionários	(30.096)	6.058	
Impostos a Recuperar	1.206	3.362	
Despesas de Exercícios Seguintes	(9.351)	33.255	
Créditos de Fomentos/Colab./Coop./Convênios	5.168.912	(6.291.152)	
Outras Contas a Receber	15.159	(20.483)	
	5.145.830	(6.268.960)	
Aumento (Diminuição) dos Passivos			
Fornecedores	(13.341)	(5.232)	
Obrigações Trabalhistas	10.935	56.314	
Obrigações Fiscais	70	13.111	
Recursos de Subvenções/Convênios a Executar	(5.511.891)	6.658.212	
Doações a Executar	-	(65.383)	
Provisões Trabalhistas	(6.399)	(258.315)	
Outras Obrigações	(1.949)	1.171	
Provisão de Contingências Futuras	-	10.000	
	(5.522.579)	6.409.878	
Fluxo de caixa das Atividades Operacionais	(392.217)	479.945	

Atividades de Investimento		
Recabimento de Sinistro de Imobilizado	-	16.000
Aquisição de Ativo Imobilizado	(44.707)	(82.000)
Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos	(44.707)	(66.000)
Redução/Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	(436.924)	413.945
Varição nas Disponibilidades		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.036.744	1.622.799
REDE DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
C.N.P.J.(MF) nº 15.538.642/0001-16		
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024.		
Em Reais		

1 - CONTEXTO OPERACIONAL:

A Rede de Atendimento Integrado a Criança e ao Adolescente, também denominada simplesmente Rede AICA, é uma associação civil beneficente de assistência social de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, fundada em 23 de maio de 2011, com início de suas atividades em 02 de janeiro de 2014, possui personalidade jurídica própria, presta serviços permanentes e sem discriminação de nacionalidade, raça, cor, gênero ou religião e terá duração por tempo indeterminado.

A Rede AICA é reconhecida como de utilidade pública estadual e municipal e tem por finalidade:

- Promover e apoiar ações na área de Assistência Social relacionada à educação, cultura, saúde, meio ambiente e outras vinculadas à criança, adolescente, idoso, mulheres, pessoas portadoras de necessidades especiais e à população empobrecida em geral;
- Realizar atendimentos imediatos para reabilitação de grupos sociais e comunidades em situação de emergência natural e social;
- Realizar a assistência social gratuita e participar da ação conjunta das organizações da sociedade civil e movimentos que visem à garantia dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e ao exercício da cidadania;
- Formar e capacitar agentes para desenvolver a ação social, promovendo e fortalecendo a cultura da solidariedade;
- Realizar ações voltadas para o incentivo ao trabalho e geração de renda, mediante gestão adequada da estrutura e dos recursos disponíveis, em conformidade com a legislação vigente;
- Realizar estudos e pesquisas para desenvolver estratégias de combate à pobreza.

A fim de cumprir suas finalidades, a Rede AICA poderá se organizar em tantas unidades quantas forem necessárias para realizar a sua missão e objetivos.

Os Projetos SCFV Cidadão, SCFV Legal, Acolhimento Casa Lar Pe, Rafael Dimiccoli, Casa Sol Nascente – LAC/PSC, e SCFV Adolescentes em Ação são executados em unidades cedidas em comodato pela Cáritas Arquidiocesana de Vitória.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

- a) Demonstrações Contábeis**
- As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (comparativas) apresentam informações sobre a posição patrimonial, financeira, de desempenho e dos fluxos de caixa, aqui compreendidas: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pelo método indireto, foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da Legislação Comercial, Lei n. 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis.
- b) Política Contábil e Características Qualitativas**
- Foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – “Entidades sem Finalidade de Lucros”, combinada com a Seção 3 da NBC TG 1000 (Resolução CFC 1.255/2009) “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”. A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis, e também o exercício de julgamento por parte da administração da Rede AICA no processo de aplicação das políticas contábeis.
- c) Contabilidade Terceirizada**
- Os administradores da empresa optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da empresa, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da empresa, respondendo esta, pela veracidade, integridade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referencia estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.
- d) Moeda Funcional**
- As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da empresa, conforme previsto no item 30.2 da NBC TG 1001 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Assim ativos, passivos e resultados apresentados nas demonstrações contábeis, mesmo quando contratados em moeda estrangeira, foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS E ASPÉCTOS GERAIS:

- a) Apuração do Superávit (Déficit)**
- O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.
- b) Doações, Termo de Fomento/Colab./Coop./Convênios e Aplicação de Recursos**
- As receitas e despesas referentes às atividades operacionais e sociais da entidade são contabilizadas em contas de resultado diretamente no exercício em que são executadas. Os valores recebidos de pessoas físicas e jurídicas durante o exercício de 2024 e 2023 foram na seguinte proporção:
- | Contas | 2024 | 2023 |
|--|------------------|------------------|
| Doações Pessoas Físicas | 16.842 | 8.560 |
| Doações Pessoas Jurídicas Privadas | 550.504 | 354.086 |
| Doações Internacionais | 360.768 | 348.382 |
| Termo de Fomento/Colab./Coop./Convênios Públicos | 6.313.717 | 6.070.582 |
| TOTAL | 7.241.831 | 6.781.610 |
- c) Benefícios Fiscais**
- A partir de fevereiro de 2016 a entidade goza do benefício de isenção da quota patronal da contribuição para previdência social de acordo com o artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal incidente sobre o montante da folha de salários. A entidade é detentora de Títulos de Utilidade Pública nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal e de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS (Diário Oficial 02/02/2016). Os referidos títulos, somado a outros requisitos possibilitam a isenção e/ou a imunidade quanto à contribuição da cota patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
- | Descrição | 2024 | 2023 |
|----------------------|---------|---------|
| Cota Patronal - INSS | 940.545 | 882.746 |

A entidade se enquadra no conceito de isenção da COFINS e CSLP por tratar-se de associação de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, nos termos do art. 23, da Instrução Normativa 2121/2022 da Receita Federal do Brasil e art. 15, § 1º, da Lei 9.532/97 e, por sua finalidade e objetivos e, mediante artigo 150, VI, b, da Constituição Federal, artigo 9º, IV, b, da Lei 5.172/66 e artigo 181 do Decreto 9.580/2018, é imune ao pagamento de impostos.

Estas renúncias fiscais foram calculadas com base nos ingressos de recursos financeiros, doações em bens e no superávit do exercício e os seus valores estão demonstrados no quadro abaixo .

Tributos	2024	2023
IRPJ	-	46.197
CSLL	-	25.271
COFINS	217.265	203.448
ISS	362.092	339.080
TOTAL	579.347	613.996

Estas renúncias fiscais são contabilizadas em contas de compensação (sem afetar o resultado financeiro ou econômico da entidade, em contas extrapatrimoniais visualizadas no balancete) e não se enquadram no conceito de subvenções, portanto, não foram reconhecidas como receitas na apuração do Superávit/Déficit.

- d) Recursos da Entidade**
- Foram aplicados de acordo com suas finalidades institucionais, de conformidade com o Estatuto Social e demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

- e) Recursos de Aplicação Restrita**
- Os recursos com restrições são os dos termos de fomento/colaboração/cooperação/convênios e seus aditivos assinados, que em seus anexos definem as restrições de sua aplicação.

- f) Despesas Antecipadas**
- As despesas antecipadas representam os pagamentos cujo benefício ou prestação de serviços ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observando o princípio de competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

- g) Empréstimos e Financiamentos**
- Não existem Empréstimos e Financiamentos no “Passivo Não Circulante”.

- h) Imobilizado**
- O Ativo Não Circulante Imobilizado está registrado pelo custo de sua aquisição, já o cálculo da depreciação é feito pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens de acordo com a IN 162/1998, sendo: 10% Instalações, 10% Maquinhas e Equipamentos, 20% Computadores e Periféricos, 10% Móveis e Utensílios; 20% Automóveis, 20% Caminhões e Implementos, 10% Instrumentos Musicais e 20% Benefetórias em Propriedades de Terceiros.

- i) Intangível**
- O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição, já o cálculo da amortização é feito pelo método linear, com base em sua vida útil.

- j) Gratuidades**
- As despesas administrativas referem-se a gastos com salários e encargos, serviços de terceiros e despesas gerais necessárias à manutenção dos projetos e ações sociais. Estão indiretamente relacionadas aos projetos. Os custos da Atividade Fim são todos aqueles diretamente relacionados aos projetos de Assistência Social. A Instituição aplica todos os recursos recebidos no seu objeto social.

Em 2023 foram aplicados aproximadamente 62,48% das receitas, diretamente em 10 projetos sociais, atendendo de forma gratuita 696 crianças, 738 adolescentes, 183 jovens/adultos em situação de exclusão social. Em 2024 foram aplicados aproximadamente 69,69% das receitas, diretamente em 10 projetos sociais, atendendo de forma gratuita 680 crianças, 994 adolescentes, 461 jovens/adultos em situação de exclusão social.

Itens	2024	%	2023	%
Receitas totais	7.241.831	100,00%	6.781.610	100,00%
Custo da Atividade Fim	(5.046.965)	69,69%	(4.236.516)	62,48%
Despesas administrativas	(2.216.981)	30,62%	(2.211.475)	32,61%
Depreciação	(71.225)	0,98%	(74.239)	1,09%
Resultado Financeiro Líquido	6.643	0,09%	15.408	0,23%
Outras Receitas/Despesas	-	-	6.000	0,09%
Déficit/Superávit	(86.697)	1,20%	280.788	4,14%

- k) Aplicações Financeiras**
- As Aplicações Financeiras são registradas pelo valor investido, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

- l) Classificação dos Direitos e das Obrigações**
- Os direitos e as obrigações foram classificados em ordem decrescente de realização e exigibilidade, sendo que aqueles realizáveis e exigíveis até o final do exercício seguinte, são classificados no ativo circulante e passivo circulante, respectivamente, enquanto que os que serão realizados e exigidos após o término do exercício seguinte, são classificados no longo prazo, no ativo não circulante e passivo não circulante, respectivamente.

- m) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes**
- Os Ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. Os Passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e os correspondentes encargos incorridos. Não há ativos ou passivos sujeitos a ajustes relevantes para trazer sua mensuração a valor presente de realização.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Está demonstrado pelos recursos disponíveis que são de livre uso pela entidade.

As Aplicações Financeiras por tratar-se de operações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa da Entidade.

Contas	2024	2023
Banco Banestes S/A – Conta Corrente – Recursos com Restrição	589.047	496.754
Banco do Brasil S/A – Aplicação – Recursos sem Restrição	11.766	60.415
Banco Banestes S/A – Aplicação – Recursos sem Restrição	173.016	178.383
Banco Banestes S/A – Aplicação – Recursos com Restrição	825.991	1.301.192
TOTAL	1.599.820	2.036.744

5 - CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

- a) Em “Federais” a recuperar são registrados os valores de PIS e IRRF s/Folha que foram recolhidos em um montante conhecido de caixa e que serão compensados com base em PERDCCOMP junto à Receita Federal do Brasil, conforme determina a legislação;
- b) Em “Encargos Trabalhistas” são registrados os valores de INSS e FGTS que foram recolhidos indevidamente ou a maior e que serão efetuadas as devidas compensações junto aos órgãos competentes.

6 - RECURSOS DE FOMENTO/COLABORAÇÃO/COOP./CONVÊNIOS E DOAÇÕES A RECEBER – CIRCULANTE

REDE DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
C.N.P.J.(MF) nº 15.538.642/0001-16

9- INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos. A empresa possui registrado softwares ao custo de aquisição, deduzido dos valores amortizáveis calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTL.	2024	2023
- Software	5	1.883	1.883
- (-) Amortização Software		(1.883)	(1.872)
TOTAL		-	11

10 - SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2024 dos bens patrimoniais, somente os Veículos possuem cobertura de seguros.

11 - RECURSOS DE FOMENTO/COLABORAÇÃO/COOP./CONVÊNIOS E DOAÇÕES A EXECUTAR - CIRCULANTE

São valores recebidos e a receber de entidades públicas e privadas financiadoras, destinados à aplicação específica em projetos, os quais serão aplicados na medida da execução dos mesmos, no decorrer do exercício seguinte.

Contas	2024	2023
Prefeitura Municipal da Serra – Projovem Adolescente	123.610	116.884
Prefeitura Municipal da Serra – Casas Lares / Passagem	873.047	634.194
Prefeitura Municipal da Serra – SCFV	4.114.215	3.807.444
Prefeitura Municipal da Serra – LAC/IFSC Casa Sol Nascente	2.235.189	2.261.363
SETADES	-	126
Prefeitura Municipal da Serra – Projeto Arteterapia	537	498
Prefeitura Municipal da Serra – Projeto Som da Vida	-	4.576
Prefeitura Municipal da Serra – Projeto Mudança Hábitos	-	2.079
Prefeitura Municipal da Serra – Projeto Equoterapia	57.499	159.043
Prefeitura Municipal da Serra – Projeto (Co) Resistência	-	3
Prefeitura Municipal da Serra – Projeto Reforço na Aprendizagem	108.394	335.933
Prefeitura Municipal da Serra – Secretaria M de Assistência Social	45.005	91.926
Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e Adolescente	121.867	240.000
TOTAL	7.679.363	7.654.969

12 - RECURSOS DE FOMENTO/COLABORAÇÃO/COOP./CONVÊNIOS E DOAÇÕES A EXECUTAR - NÃO CIRCULANTE

São valores recebidos e a receber de entidades públicas e privadas financiadoras conforme aditivos referentes ao período de 01/2024 a 12/2025, destinados à aplicação específica em projetos, os quais serão aplicados na medida da execução dos mesmos.

Contas	2024	2023
Prefeitura Municipal da Serra – Casas Lares / Passagem	-	522.650
Prefeitura Municipal da Serra – SCFV	-	3.208.839
Prefeitura Municipal da Serra – LAC/IFSC Casa Sol Nascente	-	1.805.697
TOTAL	-	5.537.186

13 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FUTURAS

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Instituição é parte de uma obrigação legal, ou constituída como resultado de eventos passados, não existindo probabilidades de êxito, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

A Rede AICA solicitou à assessoria jurídica, parecer dos processos em andamento em 31/12/2024 e 31/12/2023 e baseada nestes, constituiu uma provisão de contingência futura no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais), para o processo nº 0001154-45.2023.5.17.0003 (Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado do Espírito Santo – SINTIBREF/ES) que possui a classificação do risco de perda provável (praticamente certa). A Administração, consubstanciada na opinião de sua assessoria jurídica, a fim de preservar o seu patrimônio, entende que estão sendo tomados os encaminhamentos e providências legais cabíveis para a situação.

14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Atendendo a Resolução CFC nº. 1409/12, ITG 2002(R1), o valor das receitas Patrimoniais e do Superávit ou Déficit dos Exercícios Anteriores aprovados, foram contabilizados na conta Patrimônio Social, totalizando o valor de R\$ 331.587 (trezentos e trinta e um mil, quinhentos e oitenta e sete reais).

O Déficit do exercício de 2024 será transferido para a conta Patrimônio Social somente depois da aprovação do Conselho Diretor e Assembleia dos Associados.

O ajuste líquido no exercício de 2024 no valor de R\$ 576 (quinhentos e setenta e seis reais) e de R\$ 799 (setecentos e noventa e nove reais) em 2023 na conta Patrimônio Social, se referem à retificação de saldos provenientes de resultados dos exercícios anteriores conforme segue:

CONTAS	2024	2023
Outras Contas a Receber	833	-
Obrigações Trabalhistas	339	-
Fornecedores	-	500
Outras Contas a Pagar	(596)	299
TOTAL	576	799

Serra-ES, 31 de dezembro de 2024.

Willian dos Santos Azevedo
Diretor Presidente

Celso Piontkovsky
Tesorero

MARIA DAS GRACAS
NICOLI:34261052768

Assinado de forma digital por
MARIA DAS GRACAS
NICOLI:34261052768
Data: 2025.03.07 14:23:34 -03'00'

Nicolli Organizações Contábeis LTDA

CRC/ES – N.º 1541/O-2
Maria das Graças Nicoli
CRC/ES – N.º 3894/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Conselheiros da

Rede de Atendimento Integrado a Criança e ao Adolescente – REDE AICA

Serra - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rede de Atendimento Integrado a Criança e ao Adolescente – REDE AICA ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória – ES, 20 de março de 2025.

Arquimedes de Jesus Moraes
Contador CRC ES 016969/O-4

Auditoria Independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Conselheiros da

Rede de Atendimento Integrado a Criança e ao Adolescente – REDE AICA

Serra - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rede de Atendimento Integrado a Criança e ao Adolescente – REDE AICA ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória – ES, 20 de março de 2025.

Arquimedes de Jesus Moraes
Contador CRC ES 016969/O-4

Auditoria Independente

COMUNICADO

REVENDA DE COMBUSTÍVEL BKR LTDA, inscrita no CNPJ: 07.830.414/0001-97, torna público, que OBTEVE da SEMMA, através do Processo nº 10.763/2022 a Li-cença LMO 1278/2025, Classe IV, para exercer atividade de Comércio Varejista de Combustível para Veículos Automotores, na localidade de, Rodovia Governador Mário Covas, nº 122, Km 264, Barcelona, Serra-ES CEP: 29.166-095.